

LEI Nº 1.409 / 2022



Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE EXU-PE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores - Plenário Luiz Gonzaga, em Sessão Ordinária realizada no dia 24 de agosto de 2022, APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição, e na Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias do Município de Exu para o exercício de 2023, compreendendo:

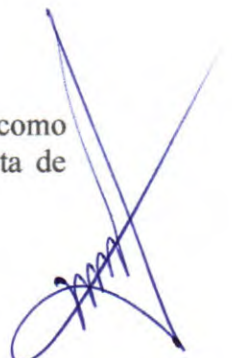
- I - as metas e prioridades, metas fiscais e riscos fiscais da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições para as transferências;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária;
- VII - as disposições sobre a fiscalização pelo Poder Legislativo;
- VIII - as disposições relativas à dívida pública do Município;
- IX - a política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento;
- X - as disposições sobre transparência fiscal; e
- XI - as disposições finais.

CAPÍTULO I

AS METAS E PRIORIDADES, METAS FISCAIS E RISCOS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Seção I Das Prioridades e Metas

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2023, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário constante desta Lei.



Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2023, respeitadas as disposições constitucionais e legais, terão precedência na alocação de recursos na Lei do Orçamento Anual de 2023, bem como na sua execução, não se constituindo, entretanto, em limite à programação de despesas, observadas as seguintes diretrizes gerais:

I - aprimoramento dos investimentos na área da saúde, com ampliação da rede física, humanização dos serviços, promovendo a melhoria do atendimento da atenção básica;

II - ampliação do acesso à educação básica, melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, com ampliação e requalificação da rede física, atualização, aperfeiçoamento e qualificação de professores e diretores de escolas municipais, expansão de programas de saúde na escola e intensificação das ações conjuntas entre as outras políticas sociais do Município;

III - garantia da mobilidade e da acessibilidade no espaço urbano, expansão das intervenções em vias urbanas;

IV - melhoria das condições de segurança pública no Município, sobretudo em seus próprios espaços públicos e criação de uma rede municipal de prevenção social da violência;

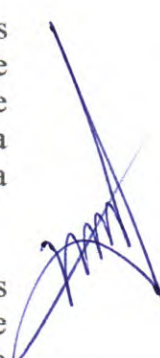
V- estímulo ao desenvolvimento econômico do Município, com projetos de infraestrutura, otimização dos processos de licenciamento e regularização, possibilitando ambiente acolhedor ao empreendedor, expansão dos programas de qualificação de jovens, ampliação das perspectivas de turismo de lazer, cultura e negócios no Município;

VI - melhoria do acesso aos serviços públicos e à informação, elevando a qualidade do atendimento ao cidadão e aperfeiçoando o relacionamento com a população, valorização e aprimoramento do desempenho profissional dos servidores e empregados públicos municipais, por meio da melhoria nas condições de trabalho, da capacitação;

VII - fortalecimento da política habitacional de interesse social, por meio da ampliação de ações habitacionais, com viabilização de novas moradias, reassentamentos, melhorias urbanísticas e ambientais;

VIII - aprimoramento do processo do Orçamento Participativo para definição das prioridades de investimento, ampliação e aperfeiçoamento da participação da sociedade civil na gestão da cidade, melhoria da articulação das instâncias participativas e aumento da integração com os instrumentos de planejamento e gestão, garantindo a transparência, a justiça social e a excelência da gestão pública democrática, participativa e eficiente;

IX - promoção da recuperação e preservação ambiental, notadamente por meio de ações voltadas para a despoluição de cursos d'água, desenvolvimento urbano ordenado e melhoria das condições urbanísticas, ambientais e econômicas da cidade por meio da



revitalização de espaços urbanos, garantia dos serviços de limpeza urbana e expansão dos serviços de coleta; garantia do ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, revitalização dos principais corredores viários e garantia dos serviços de manutenção necessários aos espaços públicos da cidade, melhoria da qualidade ambiental, da informação e das infraestruturas;

X - promoção, apoio e incentivo à formação cultural, ao acesso da população aos bens e atividades culturais de forma integrada às outras políticas sociais do Município, apoio às iniciativas de criação e produção artístico-culturais da sociedade, promoção de medidas de preservação dos marcos e espaços de referência simbólica e da história da cidade e recuperação e valorização do patrimônio cultural;

Art. 4º As prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício de 2023 são as constantes do anexo I que integra esta Lei.

Seção II Das Metas Fiscais

Art. 5º As Metas Fiscais, constantes do Anexo II que integra esta Lei, dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, de receitas e de despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2023 e para os dois seguintes, bem como a avaliação do cumprimento de metas referidas no § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, por meio dos demonstrativos abaixo:

I - demonstrativo I - metas anuais

II - demonstrativo II – avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior;

III - demonstrativo III – metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - demonstrativo IV – evolução do patrimônio líquido;

V - demonstrativo V – origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;

VI - demonstrativo VI – avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos;

VII - demonstrativo VII - estimativa e compensação da renúncia de receita;

VIII - demonstrativo VIII - margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º No Anexo de Metas Fiscais, os demonstrativos descritos nos inciso I a VIII do caput estão estruturados de acordo com os critérios nacionalmente unificados pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, consoante manual de elaboração aprovado pela Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012, e instruídos com metodologia e memória de cálculo para metas anuais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2023, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo

2, com a finalidade de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário.

Art. 6º Durante o exercício será avaliado o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas para cumprimento do disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

Seção III Dos Riscos Fiscais

Art. 7º Os Riscos Fiscais, constantes do Anexo III que integra esta Lei, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.

§1º Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º Os orçamentos para o exercício de 2023 destinarão recursos para reserva de contingência, não inferiores a 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o referido exercício.

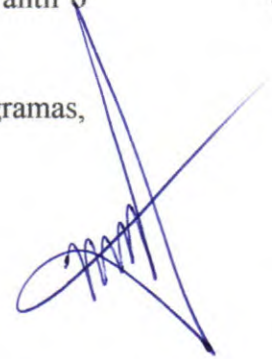
CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º. O projeto de lei orçamentária do Município de Exu, relativo ao exercício de 2022, deve assegurar os princípios de justiça, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, na seguinte conformidade:

- I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social;
- II - o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento, devendo o Governo Municipal promover audiências públicas;
- III - o princípio de transparência implica, além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 9º. Na Lei Orçamentária de 2023, a despesa será discriminada por programas, órgãos executores, natureza da despesa e fontes de recursos.

§ 1º Os programas estão definidos pelo Plano Plurianual - PPA 2022-2025.



§ 2º A despesa, quanto à sua natureza, segundo o art. 6º da Portaria Interministerial nº. 163, de 4 de maio de 2001 e alterações posteriores, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação e elemento de despesa.

§ 3º As fontes de recursos de que trata o “caput” deste artigo compreendem:

- I - Tesouro Livre - Administração Direta;
- II - Tesouro Livre - Administração Indireta;
- III - Tesouro - Vinculados pela Constituição - Educação - MDE;
- IV - Tesouro - Vinculados pela Constituição - Saúde;
- V - Vinculados por Lei;
- VI - Tesouro - Contrapartida;
- VII - Recursos Vinculados / Convênios e Contratos; e
- VIII - Operações de Crédito.

Art. 10 Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - subtítulo, o menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

II - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional;

III - órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

IV - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

V - convenente, o órgão ou a entidade da administração pública federal direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais ou do Distrito Federal e as entidades privadas, com os quais a administração pública municipal pactue a execução de ações com transferência de recursos financeiros;

VI - produto, bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

VII - unidade de medida, utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e

VIII - meta física, quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.



§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas, projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º Ficam vedadas na especificação dos subtítulos:

I - alterações do produto e da finalidade da ação; e

II - referências a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiário, se determinados.

§ 3º A meta física deve ser indicada em nível de subtítulo e agregada segundo o respectivo projeto, atividade ou operação especial, devendo ser estabelecida em função do custo de cada unidade do produto e do montante de recursos alocados.

§ 4º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independentemente da unidade executora.

§ 5º O projeto deve constar de uma única esfera orçamentária, sob um único programa.

§ 6º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental.

Art. 11. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município e seus fundos, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada no Sistema Contabilidade Pública Integrado - SCPI.

Art.12. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é Fiscal (F) e da Seguridade Social (S).

§ 2º Os Grupos de Natureza de Despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais (GND 1);
- II - juros e encargos da dívida (GND 2);
- III - outras despesas correntes (GND 3);
- IV - investimentos (GND 4);



V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas (GND 5); e
VI - amortização da dívida (GND 6).

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 15, será classificada no GND 9.

§4º O identificador de Resultado Primário (RP) tem como finalidade auxiliar a apuração do superávit primário previsto no art. 2º, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa.

§5º Nenhuma ação conterà, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvada a Reserva de Contingência.

§6º A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas;

§ 7º A especificação da modalidade de que trata o § 7º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30);

II - Transferências a Municípios (MA 40);

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

IV - Aplicações Diretas (MA 90); e

V - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

§ 8º O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação “a definir” (MA 99).

§ 9º É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação “a definir” ou outra que não permita sua identificação precisa.

Art. 13 Todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a outras unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º Não caracteriza infringência ao disposto no **caput**, bem como à vedação contida no inciso VI do **caput** do art. 167 da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

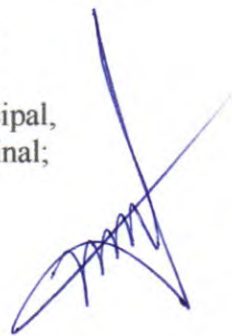
§ 2º As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1º, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91.

Art. 14. O Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo, até o dia cinco de outubro, a proposta Orçamentária Anual do Município de Exu/PE (LOA) para o exercício seguinte, e compor-se-á de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- III. Tabelas explicativas, a que se refere o inciso III do artigo 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- IV - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:
 - a) receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a que pertence e a sua natureza financeira (F) ou primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei nº 4.320, de 1964; e
 - b) despesas, discriminadas na forma prevista no art. 7º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;
- V - Demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes das isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
- VI - Relação de projetos e atividades constantes do projeto de lei orçamentária, com sua descrição e codificação, detalhados no mínimo por categoria econômica, pelo grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.
- VII - Anexo dispendo sobre as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
- VIII - Anexo com demonstrativo da compatibilidade da programação dos respectivos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei;
- IX - Reserva de contingência, estabelecida na forma desta lei;
- X - Demonstrativo com todas as despesas relativas à dívida pública;

§ 1º A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual conterá:

- I. Avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal;



II. Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa, observado, na previsão da receita, o disposto no artigo 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

III. Demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

IV. Demonstrativo do cumprimento das disposições da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

V. Justificativa para eventuais alterações em relação às determinações contidas nesta lei.

§ 2º Os quadros e tabelas da proposta orçamentária deverão ser encaminhados em suporte físico que permita o imediato processamento eletrônico dos dados, sem prejuízo da apresentação usual, devendo os Poderes Executivo e Legislativo prover os recursos necessários ao adequado processamento dessas informações.

§ 3º O Poder Executivo tornará disponíveis, por meio da Internet, cópia da proposta orçamentária, cópia da lei orçamentária e respectivos anexos, até 10 (dez) dias após sua publicação e relatório resumido da execução orçamentária até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

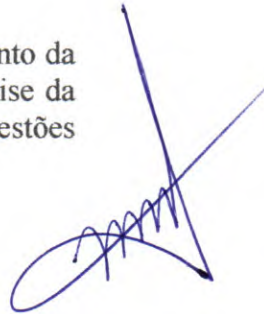
Art. 15. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do **caput** do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo no Projeto e na Lei Orçamentária de 2023 a, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, sendo pelo menos metade da Reserva, no Projeto de Lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

CAPÍTULO III DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Seção I Diretrizes Gerais

Art. 16. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2023 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º O controle de custos de que trata o **caput** será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.



§ 2º O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

§ 3º Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 4º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 5º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II - ações de caráter sigiloso;

III - ações que não sejam de competência do Município, nos termos da Constituição;

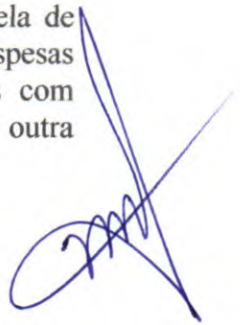
IV - clubes e associações de agentes públicos, ou quaisquer outras entidades congêneres;

V - pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;

VI - compra de títulos públicos por parte de entidades da administração pública federal indireta;

VII - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público;

VIII - concessão, ainda que indireta, de qualquer benefício, vantagem ou parcela de natureza indenizatória a agentes públicos com a finalidade de atender despesas relacionadas a moradia, hospedagem, transporte ou atendimento de despesas com finalidade similar, seja sob a forma de auxílio, ajuda de custo ou qualquer outra denominação;



Art. 18. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2023 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal e atendido o disposto nos arts. 2º e 3º desta Lei, somente incluirão ações ou subtítulos novos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) as despesas mencionadas no art. 4º; e

b) os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II - os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o § 1º do art. 59; e

III - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual 2022-2025.

§ 1º Serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles, constantes ou não da proposta, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2022, ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º Entre os projetos ou subtítulos de projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos àqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária de 2023 poderá considerar modificações constantes no projeto de lei Plano Plurianual 2022-2025.

Seção II

Diretrizes Específicas para o Poder Legislativo

Art. 20. A Câmara Municipal encaminhará ao Poder Executivo, até 5 de setembro de 2022, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2023, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º A Câmara Municipal elaborará a sua proposta orçamentária na forma das suas diretrizes e objetivos, observando que o total da despesa, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete inteiros por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício de 2022.

§ 2º A remuneração dos servidores do Poder Legislativo não deverá ultrapassar o subsídio do Chefe do Poder Executivo, nos moldes do art. 37, XI, da Constituição Federal.

I - Na fixação dessa remuneração, a Câmara deverá observar, simultaneamente, o total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, além dos percentuais incidentes sobre o somatório das

receitas tributárias e das transferências efetivamente realizadas no exercício anterior, previstas nos art. 153, §5º, 158 e 159 da Constituição Federal.

II - a despesa com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 6% da Receita Corrente Líquida do Municipal, conforme os art. 19 e 20 da LC 101/00.

III. Não será permitido à Câmara Municipal gastar mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os subsídios dos vereadores e proventos de inativos, nos termos do art. 29-A, §1º, da Constituição Federal.

§ 3º À Câmara de Vereadores enviará a Prefeitura cópia dos balancetes orçamentários, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado e cumprimento das disposições do art. 74 da Constituição Federal, bem como propiciar a elaboração dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

§ 4º Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

Parágrafo único - O repasse dos recursos à Câmara de Vereadores, relativo ao mês de janeiro de 2023, poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2022, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2023, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal para repasses de fundos ao Poder Legislativo.

Seção III Dos Débitos Judiciais

Art. 21. O orçamento para o exercício de 2023 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, conforme discriminação constante nos §§ 1º, 1º-A, 2º e 3º do art. 100 da Constituição Federal, art. 87 do ADCT da Carta Magna e disposições da legislação específica.

§ 1º Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2022, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2023, conforme determina a Constituição Federal.

§ 2º A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo periodicamente oficiar aos Tribunais para conferir os registros.

§ 3º Para fins de acompanhamento, o Setor Jurídico do Município examinará todos os precatórios e instruirá os setores envolvidos.



Seção IV

Do Orçamento da Seguridade Social

Art. 22. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social:

I - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III - do Orçamento Fiscal; e

III - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas e de fundos, cujas despesas integrem, exclusivamente, o orçamento referido no **caput**.

§ 1º As receitas de que trata o inciso III do **caput** deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

Seção VII

Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 23. Os créditos adicionais, especiais e suplementares, serão autorizados pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, e abertos por Decreto do Poder Executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e atualizações posteriores.

§1º Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares, autorizados na forma do **caput** deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;

III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos com recursos provenientes do BNDES pelo PMAT, PNAFM e outros;

V - recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;

VI - recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas.

§ 2º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de adicional, conforme definido nos incisos I e II do art. 41 da Lei nº 4.320, de 1964.



§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 4º As exposições de motivos às quais se refere o § 3º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2023, apresentadas de acordo com a classificação de que trata a alínea “a” do inciso IV do **caput** do art. 14, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 6º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2022, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2023;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e
- IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2022, por fonte de recursos.

§ 7º Para fins do disposto no § 6º, será publicado, junto com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2023, demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do Município do exercício de 2022.

§ 8º No caso de receitas vinculadas, o demonstrativo a que se refere o § 6º deverá identificar as respectivas unidades orçamentárias.

§ 9º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2023 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de vinte e cinco por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

§ 10 Não se incluem no limite de suplementação previsto no § 9º as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamentos do sistema previdenciário;
- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino;



V - transferências de fundos ao Poder Legislativo.

§ 11 As emendas feitas ao projeto de Lei Orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.

§ 12 Não será objeto de emenda ao Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2023, a supressão da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no valor estabelecido no Projeto de Lei, bem como a autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 24. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2023 serão submetidas ao Prefeito, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações, observado o disposto no § 4º do art. 23.

§1º Será através de Decreto a execução da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de vinte e cinco por cento do total da lei orçamentária para o exercício de 2023.

§2º Não se incluem no limite de suplementação definido em ato normativo do Poder Executivo as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – pagamentos do sistema previdenciário;
- III – pagamento do serviço da dívida;
- IV – pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS e do Sistema municipal de Ensino;
- V – transferências de fundos ao Poder Legislativo.

Art. 25. Na abertura de crédito extraordinário, é vedada a criação de novo código e título para ação já existente.

Parágrafo Único. Os grupos de natureza de despesa decorrentes da abertura ou reabertura de créditos extraordinários durante o exercício, destinados, exclusivamente, ao atendimento de despesas relativas à calamidade pública, poderão ser alterados, justificadamente, por ato do Poder Executivo, para adequá-los à necessidade da execução.

Art. 26. Os Anexos dos créditos adicionais obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2023.



Art. 27. Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2023 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização da Câmara Municipal.

Art. 28. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no §2º do art. 167 da Constituição, será efetivada, se necessária, mediante ato próprio de cada Poder, até 15 de fevereiro de 2023, observado o disposto no art. 26.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 10, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa da Gestão Pública.

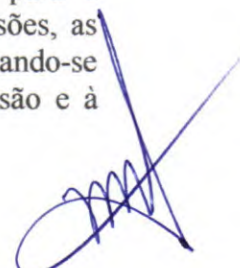
Seção VIII Da Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 30. Os Poderes do Município deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas ao cumprimento da meta de superávit primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem, conterão, em reais:

I - metas quadrimestrais para o superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, demonstrando que a programação atende à meta estabelecida no art. 2º;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal, discriminadas pelos principais tributos administrados pela Secretaria de Finanças do Município, as contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, as concessões e permissões, as compensações financeiras, as receitas próprias e as demais receitas, identificando-se separadamente, quando cabível, as resultantes de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa e da cobrança administrativa;



III - cronograma de pagamentos mensais de despesas primárias à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, ou custeadas com receitas de doações e convênios, e, incluídos em demonstrativo à parte, os restos a pagar, distinguindo-se os processados dos não processados; e

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 31. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará mediante relatório, ao Poder Legislativo, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias, identificadas na Lei Orçamentária de 2023.

§ 2º Os Poderes do Município, com base na informação a que se refere o **caput**, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 3º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o **caput** ser divulgado na internet e encaminhado à Câmara Municipal.

Seção IX Da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 32. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

- I - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
- II - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, classificadas na Lei Orçamentária.
- III - Pessoal e Encargos Sociais;
- IV - Serviço da dívida; e
- XII - despesas com apoio ao transporte escolar.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2023 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.



§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2023 na Câmara Municipal e da execução prevista neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da Lei Orçamentária de 2023, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de 40% (quarenta por cento) da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

§ 3º As programações não contempladas nos incisos do **caput** poderão ser executadas até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

CAPÍTULO IV

AS DISPOSIÇÕES PARA AS TRANSFERÊNCIAS

Seção I **Das Transferências para o Setor Privado** **Subseção Única** **Das Subvenções Sociais**

Art. 33. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Parágrafo Único. A certificação de que trata o **caput** poderá ser:

I - substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente, nos termos da legislação vigente; ou

II - dispensada, desde que a entidade seja selecionada em processo público de ampla divulgação promovido pelo órgão ou entidade concedente para execução de ações, programas ou serviços em parceria com a administração pública federal, nas seguintes áreas:

- a) atenção à saúde aos povos indígenas;
- b) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;



c) combate à pobreza extrema;

d) atendimento às pessoas com deficiência; e

e) prevenção, promoção e atenção às pessoas com HIV - Vírus da Imunodeficiência humana, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue.

Seção II

Disposições Gerais

Art. 34. Sem prejuízo das disposições contidas no art. 33 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificção pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

I - execução na modalidade de aplicação 50 - transferência a entidade privada sem fins lucrativos;

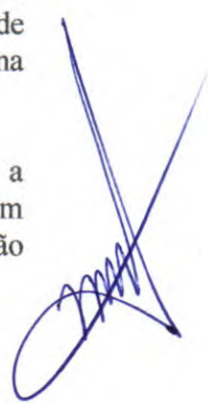
II - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

III - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

IV - publicação, pelo Poder respectivo, de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VI - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos três anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, na forma definida pelo concedente;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;



VIII - manutenção de escrituração contábil regular;

IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de regularidade em face do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;

X - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades; e

XI - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria.

CAPÍTULO V

DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Seção I

Das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 35. Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2023, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em junho de 2022, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

Art. 36. Os Poderes do Município disponibilizarão e manterão atualizada, nos respectivos sítios na internet, no portal “Transparência” ou similar, tabela, por órgão, com os quantitativos, por níveis e o total geral, de:

I - cargos efetivos vagos e ocupados por servidores estáveis e não estáveis e postos militares, agrupados por nível e denominação;

II - cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a administração pública municipal, agrupados por nível e classificação; e

III - pessoal contratado por tempo determinado, observado a legislação vigente.

§ 1º A tabela a que se refere o **caput** obedecerá ao modelo a ser definido pelo Poder Executivo, em conjunto com o Poder Legislativo.



§ 2º Não serão considerados como cargos e funções vagos, para efeito deste artigo, as autorizações legais para a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança cuja efetividade esteja sujeita à implementação das condições de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei Orçamentária de 2023 dotações necessárias à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos casos estabelecidos em lei.

Art. 37. No exercício de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 36;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no art. 35.

Art. 38. Os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos, inativos e pensionistas;

§ 1º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo, e as leis deles decorrentes, não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor ou à plena eficácia.

§ 2º Excetua-se do disposto neste artigo a transformação de cargos que, justificadamente, não implique aumento de despesa.

§ 3º Fica o Poder Público autorizado a criar cargos e admitir pessoal mediante concurso público de provas ou provas e títulos, e contratação temporária por excepcional interesse para atender as necessidades da administração direta, indireta e empresas públicas.

Art. 39. Para fins de atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a título, de civis ou militares, até o montante das quantidades

e dos limites orçamentários constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2023, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º O anexo a que se refere o **caput** conterà autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação seja iniciada na Câmara Municipal até 31 de agosto de 2022, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as respectivas:

I - quantificações para a criação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de Lei, ou a lei correspondente;

II - quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos; e

III - especificações relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, ou a lei correspondente.

§ 2º O anexo de que trata o § 1º considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos, indicará expressamente o crédito orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2022 e será acompanhado dos valores relativos à despesa anualizada, facultada sua atualização.

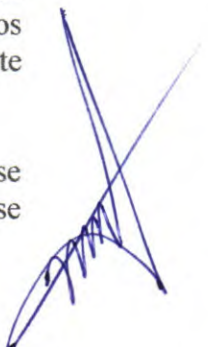
Art. 40. Os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança, no âmbito dos Poderes do Município, deverão ser, obrigatoriamente, publicados e disponibilizados nos sítios dos respectivos órgãos na internet.

Parágrafo único. Na execução orçamentária, deverá ser evidenciada a despesa com cargos em comissão em subelemento específico.

Art. 41. Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos.

§ 1º As despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado a que se refere o **caput**, quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, deverão ser classificadas no GND 1, salvo disposição em contrário constante de legislação vigente.

§ 2º O disposto no § 1º do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, não se constituindo em despesas classificáveis no GND 1.



CAPÍTULO VI
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO E SUA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Seção I

Disposições Gerais sobre Adequação Orçamentária das Alterações na Legislação

Art. 42. As proposições legislativas, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará, quando solicitados por Presidente da Câmara Municipal, prazo máximo de sessenta dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerão os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 2º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto neste artigo deverá ser elaborada ou homologada por órgão competente da Poder Executivo e acompanhada da respectiva memória de cálculo.

§ 3º A remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios financeiros futuros do impacto orçamentário-financeiro não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação previstas no **caput**.

§ 4º Será considerada incompatível a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa; e

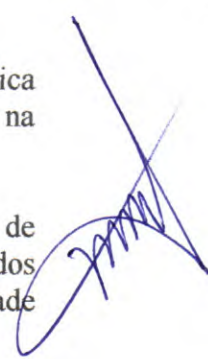
II - altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição, concedendo aumento que resulte em somatório das parcelas remuneratórias permanentes superior ao limite fixado no inciso XI do art. 37 da Constituição.

Seção II

Alterações na Legislação Tributária e das Demais Receitas

Art. 43. Somente será aprovado o projeto de lei que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.

§ 1º A criação ou alteração de tributos de natureza vinculada será acompanhada de demonstração, devidamente justificada, de sua necessidade para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.



§ 2º As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação.

Art. 44. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições, que sejam objeto de proposta de emenda, de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2023:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - será identificada a despesa condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até sessenta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos trinta dias subsequentes

§ 3º O atendimento de programação cancelada nos termos do § 2º far-se-á por intermédio da abertura de crédito suplementar.

§ 4º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2023 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de vinte e cinco por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 45. Sem prejuízo do disposto no art. 44, as estimativas de receita constantes do Projeto de Lei Orçamentária e da respectiva Lei poderão considerar as desonerações fiscais que serão realizadas e produzirão efeitos no exercício de 2023.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A FISCALIZAÇÃO PELO PODER LEGISLATIVO

Seção Única

Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos



Art. 46. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2023 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 47. A Câmara Municipal poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos e convênios com indícios de irregularidades graves.

CAPÍTULO VIII

AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 48. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

CAPÍTULO IX

A POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 49. Não compete ao Município de Exu estabelecer política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento

CAPÍTULO X

DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

Art. 50. Os Poderes do Município divulgarão e manterão atualizada, na página do órgão concedente na internet, relação das entidades privadas termos dos arts. 33 a 34, contendo, pelo menos:

- I - nome e CNPJ;
- II - nome, função e CPF dos dirigentes;
- III - área de atuação;
- IV - endereço da sede;
- V - data, objeto, valor e número do convênio ou instrumento congênere;
- VI - órgão transferidor; e
- VII - valores transferidos e respectivas datas.

Seção Única

Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos

Art. 51. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2023 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ Parágrafo Único. Serão divulgados na internet:

I - pelo Poder Executivo:

a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) o Projeto de Lei Orçamentária de 2023, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;

c) a Lei Orçamentária de 2023 e seus anexos;

d) os créditos adicionais e seus anexos;

e) a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, com o detalhamento das ações e respectivos subtítulos, identificando a programação classificada com identificador de resultado primário;

f) até o sexagésimo dia após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, cadastro de ações contendo, no mínimo, o código, o título e a descrição de cada uma das ações constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que poderão ser atualizados, quando necessário, desde que as alterações não ampliem ou restrinjam a finalidade da ação, consubstanciada no seu título constante da referida Lei;

g) demonstrativo, atualizado mensalmente, de contratos, convênios, contratos de repasse ou termos de parceria referentes a projetos, discriminando as classificações funcional e por programas, a unidade orçamentária, a contratada ou o conveniente, o objeto e os prazos de execução, os valores e as datas das liberações de recursos efetuadas e a efetuar;

h) posição atualizada mensalmente dos limites para empenho e movimentação financeira por órgão do Poder Executivo; e

II - pelos Poderes, no sítio de cada Poder, o Relatório de Gestão, o Relatório e o Certificado de Auditoria, o Parecer do órgão de controle interno, em até trinta dias após seu envio ao Tribunal.

Art. 52. Para fins de realização da audiência pública prevista no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até três dias da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o

que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53. A execução da Lei Orçamentária de 2023 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública municipal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

§1º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2023 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de vinte e cinco por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

§ 2º Não será objeto de emenda ao Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2023, a supressão da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no valor estabelecido no Projeto de Lei, bem como a autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 54. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no **caput**.

§ 2º Com vistas a assegurar o conhecimento da composição patrimonial a que se refere o art. 85 da Lei nº 4.320, de 1964, a contabilidade:

- I - reconhecerá o ativo referente aos créditos tributários e não tributários a receber; e
- II - segregará os restos a pagar não processados em exigíveis e não exigíveis.

Art. 55. Para os efeitos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;

II - entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;

III - na execução das despesas na ante vigência da Lei Orçamentária de 2023, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

IV - os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2023 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 56. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres.

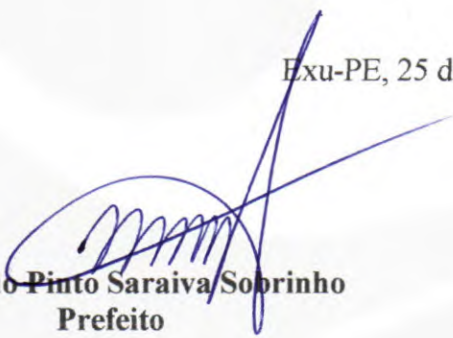
Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública municipal, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 57. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de parceria e outros instrumentos legais aplicáveis para formalização de participação em consórcios com outros municípios, bem como parcerias com organizações da sociedade civil de interesse público e organizações sociais, conforme Lei Municipal e demais disposições legais aplicáveis, inclusive observância da Resolução TC nº 020/2005, do TCE-PE.

Parágrafo Único: Os Programas, Projetos, Atividades e Ações constantes da Lei Orçamentária Anual poderão ser realizados através de Consórcios Públicos instituídos na forma da Legislação Federal específica.

Art.58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Exu-PE, 25 de agosto de 2022.



Raimundo Pinto Saraiva Sobrinho
Prefeito

Raimundo Pinto Saraiva Sobrinho
Prefeito Municipal de Exu - PE
CPF: 049.446.164-06

ANEXO I

Prioridades e

Metas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2023

EXU AÇÕES E PRIORIDADES – LDO 2022

➤ LEGISLATIVO MUNICIPAL

01	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS.
02	CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DO NOVO PRÉDIO DA CAMARA.
03	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIDORES ELETIVOS DO PODER LEGISLATIVO.
04	MANUTENÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.
05	MANUTENÇÃO DOS SERVIDORES COMISSIONADOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.
06	ENCARGOS COM CONTRATOS - PESSOA JURÍDICA.
07	DISPÊNDIO COM MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.
08	DISPÊNDIO COM DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.
09	ENCARGOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS.
10	DISPÊNDIO COM SENTENÇAS JUDICIAIS.
11	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DO CONTROLE INTERNO.

➤ SECRETARIA DE AGRICULTURA

01	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, BOMBAS E MOTORES PARA POÇOS;
02	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES, EQUIPAMENTOS EMATERIAL PERMANENTE PARA O PARQUE DE VAQUEJADA.
03	MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA O MERCADO, AÇOUGUE E MATADOURO PÚBLICO;
04	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA GARANTIA SAFRA;
05	IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE APOIO AGROPECUÁRIO E CADEIAS PRODUTIVAS;
06	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA;
07	AQUISIÇÃO DE SEMENTES, MUDAS SELECIONADAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS;
08	PROGRAMA DE CAMPANHA DE VACINAÇÃO DE REBANHO
09	DISPÊNDIO COM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA;
10	REALIZAÇÃO DE EVENTOS E CAPACITAÇÕES;
11	IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM);
12	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE POÇOS;
13	IMPLEMENTAÇÃO DE HORTAS;

14	AQUISIÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA PARA COMUNIDADES DA ZONA RURAL;
15	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS AGRICULTORES DO MUCÍPIO DE EXU-PE;
16	AQUISIÇÃO DE UM CARRO (NECESSÁRIO PARA O DESLOCAMENTO DE PESSOAL ÀS DIVERSAS ATIVIDADES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO);
17	AQUISIÇÃO DE UMA CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL;
18	AQUISIÇÃO DE UM COMPUTADOR;
19	AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS: ROÇADEIRA PARA TRATOR;
20	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS: TRATORITOS;
21	RREFORMA E AMPLIAÇÃO DO MATADOURO PÚBLICO MUNICIPAL;
22	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO 4/4 COM CÂMARA FRIA PARA TRANSPORTE DE CARNE.

➤ SECRETARIA DE FINANÇAS

01	AQUISIÇÃO DE UM CARRO PARA A SECRETARIA DE FINANÇAS;
02	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTABILIDADE (ACONTEC);
03	RECADASTRAMENTO E GEOREFERENCIAMENTO PARA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DO MUNICÍPIO DE EXU;
04	CONCESSÃO DO RGA PARA TODOS OS SERVIDORES EFETIVOS (ÚLTIMOS 5 ANOS);
05	QUITAÇÃO EM TEMPO HÁBIL, DOS COMPROMISSOS FIRMADOS COM OS RESPECTIVOS CREDORES.

➤ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

01	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS;
02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE E EQUIPAMENTOS;
03	DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÕES OFICIAIS NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL;
04	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS;
05	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS;
06	CONVÊNIOS E PARCERIAS COM ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS;
07	AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES, PATROCÍNIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES DO MUNICÍPIO, ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS, ASSOCIAÇÕES, CONSELHOS E GRUPOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS;
08	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS;

09	IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DE TAXAS E IMPOSTOS MUNICIPAIS;
10	REFORMA DA SEDE DA PREFEITURA;
11	COMPLEMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA (CARGOS, SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS);
12	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS PARA O GABINETE DA PREFEITURA, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO;
13	DESENVOLVIMENTO DAS METAS EM CONJUNTO COM OS CONSELHOS MUNICIPAIS;
14	ESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE COMPRAS;
15	MANUTENÇÃO DA SALA E DO SISTEMA INFORMÁTICA - STI
15	REESTRUTURAÇÃO DO ALMOXARIFADO DA PREFEITURA;
16	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DO SETOR DE ALMOXARIFADO;
17	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEC. DE FINANÇAS;
18	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE E EQUIPAMENTOS. PARA SEC. DE FINANÇAS;
19	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS, COMISSIONADOS E CONTRATADOS;
20	DESPESAS COM SERVIDORES EFETIVOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS;
21	AQUISIÇÃO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS (PMAT), VISANDO A MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E QUALIFICAÇÃO DO GASTO PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS;
22	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS;
23	DESPESAS COM SERVIDORES TEMPORÁRIOS/CONTRATADOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS;
24	ENCARGOS COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL;
25	ENCARGOS COM O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

➤ **PREVIDÊNCIA SOCIAL**

01	MANUTENÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, PRESTAR ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES.
02	REALIZAÇÃO DE CADASTRO ANUAL DE SERVIDORES INATIVOS, OBJETIVANDO A “PROVA DE VIDA”.
03	IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA JUNTA MÉDICA PARA ACOMPANHAR OS PROCESSOS DE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DOS SERVIDORES POR MOTIVO DE DOENÇA E OS PROCESSOS DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

➤ **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

01	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL;
02	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL;
03	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA;
04	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO AEPETI;
05	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ;
06	AÇÕES DE COMBATE AO COVID-19 NO SUAS;
07	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÓVEIS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL;
08	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL;
09	ENCARGOS E OBRIGAÇÕES PATRONAIS;
10	OUTRAS DESPESAS MONETÁRIAS DO FMAS;
11	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR;
12	APOIO A ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
13	MANUTENÇÃO DA CASA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS;
14	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL;
15	MANUTEÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA AÇÃO COMUNITÁRIA;

➤ **SAÚDE**

01	CONSTRUÇÃO DE 02 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE;
02	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UBS'S E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.
03	MANUTENÇÃO PREDIAL DO HOSPITAL DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DA SECRETARIA DE SAÚDE.
04	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E AMBULÂNCIAS.
05	AQUISIÇÃO DE TERRENO E AMPLIAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA E RECUPERAÇÃO PREDIAL DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS).
06	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS DO CAPS.
07	MANUTENÇÃO E MELHORIAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO).
08	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL (PNAISP).
09	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM ODONTOPIEDIATRIA E PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

10	REESTRUTURAR REORGANIZAR A UNIDADE ODONTOLÓGICA MÓVEL (UOM).
11	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS DA SAÚDE BUCAL.
12	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF).
13	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA – PSE.
14	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DO IDOSO.
15	REESTRUTURAÇÃO FÍSICA E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA REGULADOR MUNICIPAL.
16	AQUISIÇÃO DE UM IMÓVEL, EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO PARA/DA CASA DE APOIO EM RECIFE.
17	IMPLANTAÇÃO DE BRINQUEDOTECA NA CASA DE APOIO.
18	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO (CTA) E AÇÕES DE COMBATE A DST/AIDS.
19	MELHORIAS NA ESTRUTURA DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO E AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE.
20	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM PROGRAMA INFORMATIZADO DE CONTROLE DE ESTOQUE PARA CAF, UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL.
21	AMPLIAÇÃO DA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS - REMUME E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.
22	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA.
23	REFORMA E EQUIPAGEM DA SALA DE AVALIAÇÃO DA ACADEMIA DAS CIDADES.
24	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE.
25	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DA MULHER.
26	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.
27	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO MATERNO INFANTIL.
28	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EUTANÁSIA CANINA E CASTRAÇÃO.
29	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS TRABALHADORES DO SUS.
30	MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.
31	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
32	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS DO HOSPITAL MUNICIPAL JOSÉ PINTO SARAIVA.
33	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD).
34	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DO HOMEM.

35	MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS PROGRAMAS.
36	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.
37	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA.
38	ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
39	APOIO AO PROGRAMA DE COMBATE AO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO E MAMA.
40	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DR. TÁCIO ULISSES DE CARVALHO.
41	IMPLANTAÇÃO SISTEMA INFORMATIZADO NO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS.
42	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E MATERIAL PERMANENTES PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DR. TÁCIO ULISSES DE CARVALHO E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
43	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.
44	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
45	MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PROGRAMA MUNICIPAL DE IMUNIZAÇÃO.
46	MANUTENÇÃO E MELHORIA DO PROGRAMA DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL – SAMU.
47	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LABORATORIAIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS DESTINADOS AO LABORATÓRIO MUNICIPAL.
48	DISPÊNDIO COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL.
49	DESPESAS COM PATRONAIS (INSS).
50	DESPESAS COM PATRONAIS – PREVIDÊNCIA PRÓPRIA
51	DESPESAS COM REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E SELEÇÕES SIMPLIFICADAS PARA SECRETARIA DE SAÚDE.
52	CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.
53	DESPESAS COM SERVIDORES EFETIVOS, COMISSIONADOS E CONTRATADOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.
54	REESTRUTURAR ADMINISTRATIVAMENTE A SECRETARIA DE SAÚDE CRIANDO CARGOS E DEPARTAMENTOS ESSENCIAIS.
55	AQUISIÇÃO DE BENS E DE INSUMOS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DO COVID-19.
56	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SENTINELA

➤ **EDUCAÇÃO**

01	ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR;
02	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MAQ. E EQUIP. DIV. PARA O ENS. FUNDAMENTAL;
03	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÓVEIS E EQUIP. -RECURSOS PRÓPRIOS;
04	CONST. AMP. E/OU REC. DE ESCOLAS MUNICIPAIS;
05	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÓVEIS E EQUIP- FUNDEB 30%
06	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MAQ. E EQUIP. DIV. - SALÁRIO EDUCAÇÃO;
07	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO;
08	DISPÊNDIO COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS DOS SERVIDORES DA SECRETARIA
09	DISPÊNDIO COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS FUNDEB 70%;
10	DISPÊNDIO COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS FUNDEB 30%;
11	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO;
12	MANUTENÇÃO DAS ATIV. ESCOLARES ENSINO FUNDAMENTAL;
13	DISPÊNDIO COM O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA- PDDE;
14	DISPÊNDIO COM AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS ESCOLARES;
15	DISPÊNDIO COM PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – FNDE;
16	DISPÊNDIO COM LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PARA ATEND. A EDUCAÇÃO;
17	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 70% ENS. FUNDAMENTAL;
18	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 30% ENS. FUNDAMENTAL;
19	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES;
20	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR;
21	MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES ESCOLAR – RECURSOS PRÓPRIOS;
22	MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES ESCOLAR – PETE;
23	MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES ESCOLAR – PNAT;
24	DISPÊNDIO COM TRANSPORTE ESCOLAR – FUNDEB 30%
25	MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SEC. DE EDUCAÇÃO – REC. PRÓPRIO
26	CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE CRECHES
27	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – RECURSOS PRÓPRIOS
28	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 30% - ENSINO INFANTIL
29	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 30% - ENSINO INFANTIL
30	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO

➤ **CULTURA, TURISMO, DESPORTOS E LAZER**

01	APOIO AO ESPORTE E REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS, MARATONAS E OUTROS EVENTOS DESPORTIVOS
1.1	Premiações
1.2	Ajuda de custo aos atletas
1.3	Material de consumo
1.4	Material para distribuição gratuita
1.5	Passagens e despesas com locomoção
1.6	Outros serviços pessoa física
1.7	Outros serviços pessoa jurídica
1.8	Manutenção no Poliesportivo
1.9	Manutenção no Módulo Esportivo
1.10	Manutenção na Vila Olímpica
1.11	Manutenção nos demais equipamentos esportivos (quadras)
1.12	Incentivo com bolsa dependendo da situação pandêmica municipal para esportistas locais
02	APOIO A CULTURA E O TURISMO - REALIZAÇÃO DE FESTAS TRADICIONAIS, POPULARES E RELIGIOSAS; EVENTOS CIENTÍFICOS, EDUCACIONAIS, FÓRUMS, MOSTRAS, EXPOSIÇÕES, SEMINÁRIOS, FEIRAS E CONFERÊNCIAS; FESTIVAIS DE QUADRILHAS JUNINAS, DE LITERATURA, DE DANÇA, DE MÚSICA, DE GASTRONOMIA, DE TEATRO E DE ARTESANATO E ADEQUAÇÕES A LEI ALDIR BLANC (SE NECESSÁRIO)
2.1	Premiações
2.2	Ajuda de custo para artistas locais
2.3	Material de consumo
2.4	Material para distribuição gratuita
2.5	Plataformas e tecnologias digitais de turismo e cultura para eventos tradicionais
2.6	Outros serviços pessoa física
2.7	Outros serviços pessoa jurídica
2.8	Confecção de guia turístico
2.9	Sinalização turística municipal
2.10	Atividades que potencializem o turismo de aventura local
2.11	Apoio a organização turística de equipamentos do setor reconhecidos pelo IPHAN
2.12	Contratações artísticas para eventos populares tradicionais do município
2.13	Promoção e organização de equipamentos turísticos da Rota do Baião
03	REALIZAÇÃO DE OFICINAS CULTURAIS, APOIO A PRODUÇÕES AUDIOVISUAL LOCAL E DIRETRIZ DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E PLANO MUNICIPAL DE TURISMO.
3.1	Desenvolvimento de programas do Plano Municipal de Cultura de Exu
3.2	Desenvolvimento de programas do Plano Municipal de Turismo de Exu
3.3	Incentivo a produções audiovisuais

04	CRIAÇÃO DO MUSEU DE PALEONTOLOGIA DE EXU E MANUTENÇÃO DE SUAS ATIVIDADES
4.1	Contratação por tempo determinado
4.2	Vencimento/vantagens fixas
4.3	Diárias e outras vantagens variáveis
4.4	Capacitação de servidores
4.5	Material de consumo
4.6	Material permanente
4.7	Equipamentos de informática
4.8	Outros serviços pessoa física
4.9	Outros serviços pessoa jurídica
05	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, DA SEDE E MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA, BIBLIOTECA MUNICIPAL E DEMAIS EQUIPAMENTOS CULTURAIS
5.1	Contratação por tempo determinado
5.2	Vencimentos/Vantagens fixas
5.3	Diárias e outras vantagens variáveis
5.4	Capacitação de servidores
5.5	Material de consumo
5.6	Material permanente
5.7	Equipamentos de informática
5.8	Aquisição de veículos
5.9	Subvenções, convênios e assessorias
5.10	Outros serviços pessoa física
5.11	Outros serviços pessoa jurídica
5.12	Plataformas Digitais do Plano de Cultura
5.13	Plataformas Digitais do Plano de Turismo
5.14	Aquisição de acervo e equipamentos para biblioteca municipal
5.15	Manutenção e equipamentos para Balcão Cultural e Casa do Artesão (quando institucionalizados)
5.16	Aquisição de materiais decorativos culturais para equipamentos relacionados à cultura local

➤ **COMÉRCIO, SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

01	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.
02	REALIZAÇÃO DO CURSO JOVEM EMPREENDEDOR NO CAMPO.
03	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GERENCIAL AOS PROGRAMAS: BALDE CHEIO, PAPO CHEIO, FAVO CHEIO, SUPER BERRO.
04	DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES DE MILHO, SORGO, RAQUETES DE PALMA E GEMAS DE CAPIM-ELEFANTE CULTIVAR BRS CAPIAÇU.
05	ORGANIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS.

06	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS.
07	PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
08	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MUNICIPAL – PAA MUNICIPAL.
09	MAPEAMENTO DO MERCADO CONSUMIDOR DO QUE É PRODUZIDO NO MUNICÍPIO PELA AGRICULTURA E PECUÁRIA PARA AUXILIAR E POTENCIALIZAR A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.
10	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA EMBALAR E BENEFICIAR PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.
11	CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS.

➤ **OBRAS**

01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE EXU
02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS (TAPA BURACO), DO MUNICÍPIO DE EXU-PE
03	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS EM DIVERSAS LOCALIDADES DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE EXU-PE
04	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO DE AÇUDES E BARREIROS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE EXU-PE
05	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE EXU-PE
06	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE EXU-PE
07	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE REDE DE ESGOTOS, EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE EXU-PE
08	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO E SUBESTAÇÃO AÉREA EM POSTE NO PARQUE DE VAQUEJADAS DO MUNICÍPIO
09	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A REFORMA DAS ESCOLAS

	MUNICIPAIS LOCALIZADAS NA SEDE E ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE EXU-PE
10	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E ACESSÓRIOS
11	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO, LOCALIZADA NO DISTRITO DE TABOCAS, MUNICÍPIO DE EXU-PE
12	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE REFORMA DO MATADOURO DO MUNICÍPIO DE EXU-PE
13	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NAS RUAS 05, 22 E 23, DO BAIRRO WILSON MOREIRA SARAIVA, DO MUNICÍPIO DE EXU-PE
14	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NAS RUAS 21, 22, TRAVESSA 06 E AVENIDA LUIZ GONZAGA, DO BAIRRO WILSON MOREIRA SARAIVA, DO MUNICÍPIO DE EXU
15	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ZÉ GOMES 1ª E 2ª ETAPA – RETOMADA DA OBRA, DO MUNICÍPIO DE EXU-PE
16	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO DA RUA ASA BRANCA, BAIRRO GONZAGAÃO, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE EXU-PE
17	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA DE ZÉ GOMES, DISTRITO DE ZÉ GOMES, DISTRITO DO MUNICÍPIO DE EXU-PE
18	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COM VESTIÁRIO, NO DISTRITO DE TIMORANTE, MUNICÍPIO DE EXU-PE
19	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO, CABEAMENTO ESTRUTURADO E COMBATE A INCÊNDIO DA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE EXU-PE
20	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E ACESSÓRIOS, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS LIGADAS A PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU
21	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE EXU-PE
22	EXTENSÃO DE REDE DE SANEAMENTO BÁSICO
23	CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS
24	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
25	ADEQUAÇÃO DO PARQUE DE VAQUEJADAS
26	REFORMA DE DIVERSAS SECRETARIAS

27	REFORMA DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EXU – PE
28	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS
29	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS
30	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
31	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS
32	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS SEDE E DISTRITOS
33	CONSTRUÇÃO DO SISTEMA HIDRÁULICO DA SECRETARIA DE SAÚDE
34	CONSTRUÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO NO DISTRITO TABOCAS, TABOQUINHAS, POSTO DA SERRA, ASSENTAMENTO E SÍTIO SERRINHA
35	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AÇOUGUE PÚBLICO
26	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS
27	CONSTRUÇÃO E DESASSOREAMENTO DE AÇUDES E BARREIRAS
28	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO, NA SEDE E DISTRITOS
29	CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DA SAÚDE, NA SEDE E DISTRITOS
30	MANUTENÇÃO DE REDE DE ESGOTO

➤ URBANISMO E ENERGIA

01	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA DE URBANISMO.
02	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO.
03	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE URBANISMO.
04	MANUTENÇÃO E RECUPRAÇÃO DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS NA SEDE E DISTRITOS.
05	REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS.
06	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA.
07	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

➤ TRANSPORTES

01	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE SERVIDORES, PONTO ELETRÔNICO E CONTROLE DE VIAGENS.
02	REESTRUTURAR ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES CRIANDO CARGOS E DEPARTAMENTOS ESPECÍFICOS.
03	DESPESAS DE SERVIDORES COMISSIONADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

04	DESPESAS COM SERVIDORES EFETIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
05	DESPESAS COM SERVIDORES COM VÍNCULOS PRECÁRIOS, TEMPORÁRIOS/CONTRATADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
06	DESPESAS COM CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS INSS
07	DESPESAS COM CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS – PREVIDÊNCIA PRÓPRIA
08	DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E SELEÇÕES SIMPLIFICADAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
09	DIÁRIAS DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
10	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
11	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE E EQUIPAMENTOS

➤ **MEIO AMBIENTE (GESTÃO AMBIENTAL)**

01	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.
02	CARRO PARA ASSUMIR DEMANDAS DE FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO PARA COM O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO.
03	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
04	ARBORIZAÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS PARA REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS DO MUNICÍPIO.
05	IMPLANTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA SEDE, DISTRITOS E OUTRAS LOCALIDADES.
06	CAMPANHA: ADOTE UMA ÁRVORE, PLANTE UM FUTURO MELHOR.
07	CAMPANHA: SEMEIE A VIDA, DOE UMA SEMENTE.
08	DESENVOLVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OFICINAS DE RECICLAGEM, MUDAS, JUNTAMENTE À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
09	IMPLANTAÇÃO DE VIVEIRO DE MUDAS DE PLANTAS NATIVAS.
10	APOIO AS AÇÕES DESENVOLVIDAS POR ONG'S QUE APOIAM O MEIO AMBIENTE.
11	IMPLEMENTAÇÃO DE HORTAS NAS ESCOLAS.
12	IMPLANTAÇÃO DE MÓDULOS DE MANEJO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE PARA COMBATE À DESERTIFICAÇÃO EM ÁREAS CRÍTICAS DE EROÇÃO.
13	REVITALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA MATA CILIAR DO RIO BRÍGIDA EM TODO O SEU CURSO NO MUCÍPIO DE EXU.

14	REVITALIZAÇÃO DOS OLHOS D'ÁGUA (NASCENTES) E MANANCIAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO.
15	CAMPANHA: USO CONSCIENTE DA ÁGUA
16	PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
17	AÇÕES CONCRETAS PARA A SEMANA DO MEIO AMBIENTE NO MÊS DE JUNHO.
18	DESENVOLVER POLÍTICAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.
19	MANTER BANCO DE DADOS DE TODA SITUAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO.
20	PROMOVER TRABALHOS DE RECOMPOSIÇÃO DA FLORA E FAUNA EXISTENTE NO MUNICÍPIO, MANTENDO O ENDEMISMO LOCAL.
21	TRABALHAR A QUESTÃO DO LIXO DE FORMA ORDENADA COM MEDIDAS CRIATIVAS E DE SUSTENTABILIDADE, MANTENDO PARCERIAS DANDO APOIO E FOMENTO ÀS ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS E REDE DE COOPERAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS POR MEIO DE FORMAÇÃO, ASSESSORIA TÉCNICA, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA EM UNIDADES DE COLETA, TRIAGEM, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS.
22	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.
23	PROMOÇÃO DE MONITORAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS POR RESÍDUOS E RECUPERAÇÃO DESSAS ÁREAS.
24	CRIAÇÃO DE PONTOS DE RECOLHIMENTO DE PILHAS, BATERIAS E MATERIAIS RECICLÁVEIS.

ANEXO II

Metas Fiscais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2023

Parametros Iniciais

Município: Exu - PE
 Ano da LDO: 2023

VARIAVEIS	2023	2024	2025
PIB Nacional real (crescimento % anual)**	2.50	2.50	2.50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	10.00%	7.70%	7.10%
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3.75	3.15	3.00

Projeção do PIB do Estado de Pernambuco
 - R\$***

** Projeção de Crescimento do PIB Nacional estimado no PLDO da União para o exercício 2023.

Ano	Taxa de Crescimento do PIB/PE real % ***	Valor em (R\$)	
		Realizado	Previsto
2021			
2022			
2023			
2024			
2025			

Fonte: Agência Condepe/Fidem

	2020	2021	2022*	2023*	2024*	2025*
INDICES DE INFLAÇÃO	4.52%	10.06%	6.59%	3.75%	3.15%	3.00%

* Inflação Média (% atual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo BACEN - Relatório FOCUS de 18/03/2022.

FONTES: Secretaria de Finanças

***Considerando que são informações opcionais para os municípios, conforme a 12ª edição do MDF/STN, e considerando que não foram publicadas informações referentes às projeções do PIB para os períodos em tela pelo Governo do Estado de Pernambuco, esta variável não foi utilizada nos demonstrativos.

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2023

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	112,454,335.28	108,389,720.75		116,671,372.85	109,020,199.01		120,346,521.10	109,178,966.29	
Receitas Primárias (I)	107,527,551.22	103,641,013.23		111,559,834.39	104,243,869.34		115,073,969.18	104,395,680.80	
Despesa Total	112,454,335.28	108,389,720.75		116,671,372.85	109,020,199.01		120,346,521.10	109,178,966.29	
Despesas Primárias (II)	107,483,463.36	103,598,518.91		111,514,093.24	104,201,127.84		115,026,787.18	104,352,877.05	
Resultado Primário (III) = (I – II)	44,087.86	42,494.32		45,741.15	42,741.50		47,182.00	42,803.75	
Resultado Nominal	-798,148.06	-769,299.34		-1,491,427.74	-1,393,621.63		-1,360,279.89	-1,234,052.72	
Dívida Pública Consolidada	7,183,332.58	6,923,694.05		6,464,999.32	6,041,032.13		5,818,499.39	5,278,571.77	
Dívida Consolidada Líquida	7,183,332.58	6,923,694.05		5,691,904.84	5,318,636.30		4,331,624.95	3,929,671.84	
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas por PPP (V)									
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)									

FONTE: IBGE, CODEPE/FIDEM

Notas: O Cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.

VARIÁVEIS	2023	2024	2025
PIB real (crescimento % anual)	2.50	2.50	2.50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	10.00%	7.70%	7.10%
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3.75	3.15	3.00
Projeção do PIB do Estado de Pernambuco - R\$*	-	-	-
Índice para Deflação	1.038	1.070	1.102

*Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.

Nota: As receitas e despesas previstas para 2023 foram estimadas com base nos balanços orçamentários dos últimos 2 anos, nos resultados da execução orçamentária obtidos até o mês de junho de 2022, e ainda sobre a influência dos índices macroeconômicos de referência em atualização.

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	85,916,787.53		95,193,433.30		9,276,645.77	10.80
Receitas Primárias (I)	82,152,651.11		87,371,246.44		5,218,595.33	6.35
Despesa Total	85,916,787.53		91,322,359.34		5,405,571.81	6.29
Despesas Primárias (II)	82,118,967.33		83,471,353.06		1,352,385.73	1.65
Resultado Primário (III) = (I-II)	33,683.78		3,899,893.38		3,866,209.60	11477.96
Resultado Nominal	-95,671.65		-716,262.72		-620,591.07	648.67
Dívida Pública Consolidada	121,320.79		8,401,558.57		8,280,237.78	6825.08
Dívida Consolidada Líquida	-2,909,544.20		8,401,558.57		11,311,102.77	-388.76

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2021

ESPECIFICAÇÃO	VALOR – R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2021	0
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2021	0

Fonte: AGÊNCIA Condepe/Fidem

*Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2023

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	83,091,670.72	85,916,787.53	3.40	89,963,468.22	4.71	112,454,335.28	25.00	116,671,372.85	3.75	120,346,521.10	3.15
Receitas Primárias (I)	81,975,603.18	82,152,651.11	0.22	86,022,040.98	4.71	107,527,551.22	25.00	111,559,834.39	3.75	115,073,969.18	3.15
Despesa Total	83,091,670.72	85,916,787.53	3.40	89,963,468.22	4.71	112,454,335.28	25.00	116,671,372.85	3.75	120,346,521.10	3.15
Despesas Primárias (II)	79,418,730.49	82,118,967.33	3.40	85,986,770.69	4.71	107,483,463.36	25.00	111,514,093.24	3.75	115,026,787.18	3.15
Resultado Primário (III) = (I - II)	2,556,872.69	33,683.78	-98.68	35,270.29	4.71	44,087.86	25.00	45,741.15	3.75	47,182.00	3.15
Resultado Nominal	-104,839.58	-95,671.65	-8.74	10,891,024.84	-11483.75	-798,148.06	-107.33	-1,491,427.74	86.86	-1,360,279.89	-8.79
Dívida Pública Consolidada	117,331.52	121,320.79	3.40	7,981,480.64	6478.82	7,183,332.58	-10.00	6,464,999.32	-10.00	5,818,499.39	-10.00
Dívida Consolidada Líquida	-2,813,872.55	-2,909,544.20	3.40	7,981,480.64	-374.32	7,183,332.58	-10.00	5,691,904.84	-20.76	4,331,624.95	-23.90

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	95,584,264.10	94,560,016.36	-1.07	89,963,468.22	-4.86	108,389,720.75	20.48	109,020,199.01	0.58	109,178,966.29	0.15
Receitas Primárias (I)	94,300,399.02	90,417,207.81	-4.12	86,022,040.98	-4.86	103,641,013.23	20.48	104,243,869.34	0.58	104,395,680.80	0.15
Despesa Total	95,584,264.11	94,560,016.36	-1.07	89,963,468.22	-4.86	108,389,720.75	20.48	109,020,199.01	0.58	109,178,966.29	0.15
Despesas Primárias (II)	91,359,107.89	90,380,135.44	-1.07	85,986,770.69	-4.86	103,598,518.91	20.48	104,201,127.84	0.58	104,352,877.05	0.15
Resultado Primário (III) = (I - II)	2,941,291.13	37,072.37	-98.74	35,270.29	-4.86	42,494.32	20.48	42,741.50	0.58	42,803.75	0.15
Resultado Nominal	-120,601.91	-105,296.22	-12.69	10,891,024.84	-10443.22	-769,299.34	-107.06	-1,393,621.63	81.15	-1,234,052.72	-11.45
Dívida Pública Consolidada	134,971.98	133,525.66	-1.07	7,981,480.64	5877.49	6,923,694.05	-13.25	6,041,032.13	-12.75	5,278,571.77	-12.62
Dívida Consolidada Líquida	-3,236,930.18	-3,202,244.35	-1.07	7,981,480.64	-349.25	6,923,694.05	-13.25	5,318,636.30	-23.18	3,929,671.84	-26.12

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

	2020	2021	2022*	2023*	2024*	2025*
INDICES DE INFLAÇÃO	4.52%	10.06%	6.59%	3.75%	3.15%	3.00%
% Aplicação p/ valores Correntes	1.150	1.101	-	1.038	1.070	1.102

* Inflação Média (% atual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo BACEN - Relatório FOCUS de 18/03/2022.

Nota: As receitas e despesas previstas para 2023 foram estimadas com base nos balanços orçamentários dos últimos 2 anos, nos resultados da execução orçamentária obtidos até o mês de junho de 2022, e ainda sobre a influência dos índices macroeconômicos de referência em atualização.

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1.00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	232,875.78	0.45%	152,695.88	0.33%	64,471.37	-0.04%
Reservas	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Resultado Acumulado	51,744,069.53	99.55%	46,404,206.16	99.67%	-171,535,797.37	100.04%
TOTAL	51,976,945.31	100.00%	46,556,902.04	100.00%	-171,471,326.00	100.00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Reservas	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	450,216.63	100.00%	697,863.36	100.00%	-214,352,328.33	100.00%
TOTAL	450,216.63	100.00%	697,863.36	100.00%	-214,352,328.33	100.00%

FONTE: Secretaria de Finanças

Município de Exu - PE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1.00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	409,600.00	0.00	0.00
Alienação de Bens Móveis	409,600.00		
Alienação de Bens Imóveis			
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	409,600.00	0.00	0.00
DESPESAS DE CAPITAL	409,600.00	0.00	0.00
Investimentos	409,600.00		
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0.00	0.00	0.00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2021 (g) = ((Ia - II d) +	2020 (h) = ((Ib - II e) +	2019 (i) = (Ic - II f)
VALOR (III)	0.00	0.00	0.00

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota :

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")		R\$ 1.00		
RECEITAS	2019	2020	2021	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	652.839,53	3.178.386,03	3.823.233,95	
RECEITAS CORRENTES	652.839,53	3.178.386,03	3.823.233,95	
Receita de Contribuições dos Segurados	652.839,53	3.178.386,03	3.823.233,95	
Pessoal Civil	652.839,53	3.178.386,03	3.823.233,95	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.423.988,98	7.060.178,10	7.639.750,62	
RECEITAS CORRENTES	1.423.988,98	7.060.178,10	7.639.750,62	
Receita de Contribuições	909.625,10	6.595.642,50	7.384.082,76	
Patronal	909.625,10	6.595.642,50	7.384.082,76	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	
Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	514.363,88	450.158,99	199.482,18	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	14.376,61	56.185,68	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	2.076.828,51	10.238.564,13	11.462.984,57	
DESPESAS	2019	2020	2021	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	8.221.856,49	8.728.030,52	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA	0,00	8.221.856,49	8.728.030,52	
Pessoal Civil	0,00	8.221.856,49	8.728.030,52	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	0,00	8.221.856,49	8.728.030,52	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	2.076.828,51	2.016.707,64	2.734.954,05	
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2019	2020	2021	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	2.052.888,66	0,00	
Plano Financeiro	0,00	2.052.888,66	0,00	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	2.052.888,66	0,00	
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS	6.846.556,32	10.224.187,52	12.005.879,61	

FONTE: Secretária de Finanças

Município de Exu - PE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1.00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
TOTAL						-

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Tabela 6.1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2023

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º § 2º, inciso IV, alínea "a") R\$ 1.00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2022	9.725.085,45	14.874.553,57	-5.149.468,12	15.304.980,34
2023	9.446.162,17	15.467.188,77	-6.021.026,60	9.283.953,74
2024	9.260.243,96	15.138.074,06	-5.877.830,10	3.406.123,64
2025	8.954.274,95	15.711.644,24	-6.757.369,29	-3.351.245,65
2026	18.827.615,79	15.807.135,03	3.020.480,76	-330.764,89
2027	18.970.693,48	16.580.976,75	2.389.716,73	2.058.951,84
2028	19.279.994,28	16.869.381,01	2.410.613,27	4.469.565,11
2029	19.469.503,20	18.117.324,73	1.352.178,47	5.821.743,58
2030	27.456.865,11	18.469.985,59	8.986.879,52	14.808.623,10
2031	28.247.063,04	18.825.057,21	9.422.005,83	24.230.628,93
2032	29.063.270,63	19.176.657,13	9.886.613,50	34.117.242,43
2033	29.889.617,84	19.611.429,89	10.278.187,95	44.395.430,38
2034	30.800.914,73	19.637.697,82	11.163.216,91	55.558.647,29
2035	31.777.937,37	19.515.683,11	12.262.254,26	67.820.901,55
2036	32.880.715,77	19.028.619,85	13.852.095,92	81.652.997,47
2037	39.275.333,99	19.124.152,79	20.151.181,20	101.804.178,67
2038	40.349.317,06	18.695.602,80	22.153.714,26	123.957.892,93
2039	42.448.154,32	18.970.136,27	23.478.018,05	147.435.910,98
2040	44.198.188,06	18.515.713,83	25.682.474,23	173.116.385,21
2041	46.033.578,83	18.291.709,08	27.741.869,75	200.858.254,96
2042	48.013.524,84	17.780.294,01	30.233.230,83	231.091.485,79
2043	50.097.966,36	17.413.421,62	32.684.544,74	263.776.030,53
2044	52.329.403,53	16.959.901,82	35.369.501,71	299.145.532,24
2045	54.702.410,31	16.460.977,82	38.241.432,49	337.386.964,73
2046	57.231.757,42	15.901.507,01	41.330.250,41	378.717.215,14
2047	59.887.315,84	15.588.795,62	44.298.520,22	423.015.735,36
2048	62.708.987,07	15.158.948,94	47.550.038,13	470.565.773,49
2049	65.698.368,83	14.774.829,83	50.923.539,00	521.489.312,49
2050	68.866.969,71	14.341.045,59	54.525.924,12	576.015.236,61
2051	72.222.317,98	13.927.064,79	58.295.253,19	634.310.489,80
2052	75.758.705,02	13.629.839,12	62.128.865,90	696.439.355,70
2053	79.503.699,06	13.267.919,25	66.235.779,81	762.675.135,51
2054	83.370.708,29	13.104.206,71	70.266.501,58	832.941.637,09
2055	87.349.010,73	12.931.102,17	74.417.908,56	907.359.545,65
2056	91.420.059,98	12.757.472,91	78.662.587,07	986.022.132,72
2057	95.591.637,93	12.583.920,48	83.007.717,45	1.069.029.850,17
2058	99.853.130,24	12.410.367,77	87.442.762,47	1.156.472.612,64
2059	104.204.157,40	12.236.815,03	91.967.342,37	1.248.439.955,01
2060	108.645.192,77	12.062.262,28	96.582.930,49	1.345.922.885,50
2061	113.176.228,14	11.887.709,53	101.288.518,61	1.449.211.404,11
2062	117.797.263,51	11.713.156,78	106.084.106,73	1.558.295.510,84
2063	122.508.298,88	11.538.604,03	110.969.694,85	1.673.265.205,69
2064	127.309.334,25	11.364.051,28	115.945.282,97	1.794.310.488,66
2065	132.190.369,62	11.189.498,53	121.000.871,09	1.921.311.360,75
2066	137.161.405,00	11.014.945,78	126.146.459,22	2.054.457.819,97
2067	142.222.440,37	10.840.393,03	131.382.046,34	2.193.840.266,31
2068	147.373.475,74	10.665.840,28	136.707.635,46	2.339.547.901,77
2069	152.614.511,11	10.491.287,53	142.123.223,58	2.491.671.125,35
2070	157.945.546,48	10.316.734,78	147.628.811,70	2.650.299.937,05
2071	163.366.581,85	10.142.182,03	153.224.400,82	2.815.524.337,87
2072	168.877.617,22	9.967.629,28	158.910.087,94	2.987.434.425,81
2073	174.478.652,59	9.793.076,53	164.685.576,06	3.166.119.901,87
2074	180.169.687,96	9.618.523,78	170.551.164,18	3.351.671.066,05
2075	185.950.723,33	9.443.971,03	176.506.753,30	3.544.177.819,35
2076	191.821.758,70	9.269.418,28	182.552.341,42	3.743.730.160,77
2077	197.782.794,07	9.094.865,53	188.687.926,54	3.949.418.087,31
2078	203.833.829,44	8.920.312,78	194.913.516,66	4.161.331.603,97
2079	209.974.864,81	8.745.759,53	201.228.105,28	4.379.560.109,25
2080	216.205.899,18	8.571.206,78	207.634.692,40	4.603.894.801,65
2081	222.526.934,55	8.396.654,03	214.130.280,52	4.834.425.082,17
2082	228.937.969,92	8.222.101,28	220.715.868,64	5.071.140.950,81
2083	235.438.999,29	8.047.548,53	227.391.450,76	5.314.532.401,57
2084	242.029.999,66	7.872.995,78	234.156.903,88	5.563.689.305,45
2085	248.710.999,03	7.700.443,03	241.010.556,00	5.818.700.861,45
2086	255.491.998,40	7.527.890,28	247.964.105,12	6.079.664.966,57
2087	262.372.997,77	7.355.337,53	255.018.657,24	6.346.683.623,81
2088	269.353.997,14	7.182.784,78	262.171.212,36	6.619.854.836,17
2089	276.434.996,51	7.010.232,03	269.424.760,48	6.898.279.596,65
2090	283.615.995,88	6.837.679,28	276.778.311,60	7.181.957.908,25
2091	290.896.995,25	6.665.126,53	284.231.863,72	7.471.189.771,97
2092	298.277.994,62	6.492.573,78	291.784.415,84	7.766.014.187,81
2093	305.758.994,00	6.320.021,03	299.438.974,97	8.066.453.162,78
2094	313.339.993,37	6.147.468,28	307.192.526,09	8.372.645.688,87
2095	320.920.992,74	5.974.915,53	314.946.071,21	8.684.591.760,08
2096	328.501.992,11	5.802.362,78	322.703.628,33	8.992.295.388,41

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: Projeção atuarial data-base <31/12/2021>

Município de Exu - PE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1.00

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0.00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0.00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0.00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0.00

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Notas:

1- O Município não tem previsão de efetuar expansão de despesa obrigatória de caráter continuado para o exercício de 2023.

I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as Receitas

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES	64,724,279.18	67,229,108.80	69,514,898.49	72,789,050.21	90,986,312.76	94,398,299.49	97,371,845.92
Receita Tributária	2,326,216.15	2,416,240.72	2,498,392.90	2,616,067.21	3,270,084.01	3,392,712.16	3,499,582.59
Receitas de Contribuições	2,565,876.62	2,665,176.05	2,755,792.03	2,885,589.83	3,606,987.29	3,742,249.32	3,860,130.17
Receita Patrimonial	456,264.99	473,922.44	490,035.80	513,116.49	641,395.61	665,447.94	686,409.55
Aplicações Financeiras (II)	456,264.99	473,922.44	490,035.80	513,116.49	641,395.61	665,447.94	686,409.55
Outras Receitas Patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Agropecuária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita de Serviços	356,771.44	370,578.52	383,178.19	401,225.88	501,532.35	520,339.82	536,730.52
Transferências Correntes	58,012,945.11	60,258,046.09	62,306,819.65	65,241,470.86	81,551,838.57	84,610,032.52	87,275,248.54
Outras Receitas Correntes	1,006,204.87	1,045,144.99	1,080,679.92	1,131,579.94	1,414,474.93	1,467,517.74	1,513,744.55
RECEITA DE CAPITAL	12,841,306.87	13,338,265.43	13,791,766.45	14,441,358.65	18,051,698.31	18,728,637.00	19,318,589.06
Operações de Créditos	460,252.11	478,063.86	494,318.03	517,600.41	647,000.51	671,263.03	692,407.82
Amortização de Empréstimos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Alienação de Bens	157,967.89	164,081.24	169,660.00	177,650.99	222,063.73	230,391.12	237,648.44
Transferências de Capital	12,223,086.87	12,696,120.33	13,127,788.42	13,746,107.25	17,182,634.07	17,826,982.85	18,388,532.81
Outras Receitas de Capital	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIAS	2,430,245.98	2,524,296.49	2,610,122.59	2,733,059.36	3,416,324.20	3,544,436.35	3,656,086.11
TOTAL DAS RECEITAS	79,995,832.03	83,091,670.72	85,916,787.53	89,963,468.22	112,454,335.28	116,671,372.85	120,346,521.10

I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as despesas

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES (I)	66,575,084.71	66,627,243.97	68,892,570.27	72,137,410.33	90,171,762.91	93,553,204.02	96,500,129.95
Pessoal e Encargos Sociais	40,801,378.33	40,980,391.66	42,373,724.98	44,369,527.43	55,461,909.28	57,541,730.88	59,354,295.40
Juros e Encargos da Dívida	270,864.00	281,346.43	290,912.21	304,614.18	380,767.72	395,046.51	407,490.47
Outras Despesas Correntes	25,502,842.38	25,365,505.88	26,227,933.08	27,463,268.73	34,329,085.91	35,616,426.63	36,738,344.07
DESPESAS DE CAPITAL (II)	12,580,523.92	13,067,390.21	13,511,681.48	14,148,081.68	17,685,102.10	18,348,293.43	18,926,264.67
Investimentos	11,745,540.50	12,200,092.91	12,614,896.07	13,209,057.67	16,511,322.09	17,130,496.67	17,670,107.32
Inversões Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Amortização da Dívida	834,983.42	867,297.30	896,785.41	939,024.00	1,173,780.00	1,217,796.75	1,256,157.35
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	0.00	2,524,296.50	2,610,122.58	2,733,059.35	3,416,324.19	3,544,436.35	3,656,086.09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	840,223.40	872,740.04	902,413.20	944,916.86	1,181,146.08	1,225,439.06	1,264,040.39
RESERVA DO RPPS (IV)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
TOTAL DAS DESPESAS (V) = (I)+(II)+(III)+(IV)	79,995,832.03	83,091,670.72	85,916,787.53	89,963,468.22	112,454,335.28	116,671,372.85	120,346,521.10

Nota: As receitas e despesas previstas para 2023 foram estimadas com base nos balanços orçamentários dos últimos 2 anos, nos resultados da execução orçamentária obtidos até o mês de junho de 2022, e ainda sobre a influência dos índices macroeconômicos de referência em atualização.

III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (I)	64,724,279.18	67,229,108.80	69,514,898.49	72,789,050.21	90,986,312.76	94,398,299.49	97,371,845.92
Receita Tributária	2,326,216.15	2,416,240.72	2,498,392.90	2,616,067.21	3,270,084.01	3,392,712.16	3,499,582.59
Receitas de Contribuições	2,565,876.62	2,665,176.05	2,755,792.03	2,885,589.83	3,606,987.29	3,742,249.32	3,860,130.17
Receita Patrimonial	456,264.99	473,922.44	490,035.80	513,116.49	641,395.61	665,447.94	686,409.55
Aplicações Financeiras (II)	456,264.99	473,922.44	490,035.80	513,116.49	641,395.61	665,447.94	686,409.55
Outras Receitas Patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita de Serviços	356,771	370,579	383,178	401,226	501,532	520,340	536,731
Transferências Correntes	58,012,945.11	60,258,046.09	62,306,819.65	65,241,470.86	81,551,838.57	84,610,032.52	87,275,248.54
Outras Receitas Correntes	1,006,204.87	1,045,144.99	1,080,679.92	1,131,579.94	1,414,474.93	1,467,517.74	1,513,744.55
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	64,268,014.19	66,755,186.36	69,024,862.69	72,275,933.72	90,344,917.15	93,732,851.55	96,685,436.37
RECEITA DE CAPITAL (IV)	12,841,306.87	13,338,265.43	13,786,187.69	14,441,358.65	18,051,698.31	18,728,637.00	19,318,589.06
Operações de Créditos (V)	460,252.11	478,063.86	494,318.03	517,600.41	647,000.51	671,263.03	692,407.82
Amortização de Empréstimos (VI)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Alienação de Bens (VII)	157,967.89	164,081.24	164,081.24	177,650.99	222,063.73	230,391.12	237,648.44
Transferências de Capital	12,223,086.87	12,696,120.33	13,127,788.42	13,746,107.25	17,182,634.07	17,826,982.85	18,388,532.81
Outras Receitas de Capital	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)	12,223,086.87	12,696,120.33	13,127,788.42	13,746,107.25	17,182,634.07	17,826,982.85	18,388,532.81
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	2,430,245.98	2,524,296.49	2,610,122.59	2,733,059.36	3,416,324.20	3,544,436.36	3,656,086.11
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	78,921,347.04	81,975,603.18	82,152,651.11	86,022,040.98	107,527,551.22	111,559,834.39	115,073,969.18
DESPESAS CORRENTES (X)	66,304,220.71	66,627,243.97	68,892,570.27	72,137,410.33	90,171,762.91	93,553,204.02	96,500,129.95
Pessoal e Encargos Sociais	40,801,378.33	40,980,391.66	42,373,724.98	44,369,527.43	55,461,909.28	57,541,730.88	59,354,295.40
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0.00	281,346.43	290,912.21	304,614.18	380,767.72	395,046.51	407,490.47
Outras Despesas Correntes	25,502,842.38	25,365,505.88	26,227,933.08	27,463,268.73	34,329,085.91	35,616,426.63	36,738,344.07
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	66,304,220.71	66,345,897.54	68,601,658.06	71,832,796.15	89,790,995.19	93,158,157.51	96,092,639.47
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	12,580,523.92	13,067,390.21	13,511,681.48	14,148,081.68	17,685,102.10	18,348,293.43	18,926,264.67
Investimentos	11,745,540.50	12,200,092.91	12,614,896.07	13,209,057.67	16,511,322.09	17,130,496.67	17,670,107.32
Inversões Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Amortização da Dívida (XIV)	834,983.42	867,297.30	896,785.41	939,024.00	1,173,780.00	1,217,796.75	1,256,157.35
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)	11,745,540.50	12,200,092.91	12,614,896.07	13,209,057.67	16,511,322.09	17,130,496.67	17,670,107.32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	840,223.40	872,740.04	902,413.20	944,916.86	1,181,146.08	1,225,439.06	1,264,040.39
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	0.00	0.00	2,524,296.50	2,733,059.35	3,416,324.19	3,544,436.35	3,656,086.09
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII)=(XII+XV+XVI)	78,889,984.61	79,418,730.49	82,118,967.33	85,986,770.69	107,483,463.36	111,514,093.24	115,026,787.18
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	31,362.43	2,556,872.69	33,683.78	35,270.29	44,087.86	45,741.15	47,182.00

- Nota:
- Os dados relativos as receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.
 - O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	(b) 2019	(c) 2020	(d) 2021	(e) 2022	(f) 2023	(g) 2024	(h) 2025
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	112,959.96	117,331.52	121,320.79	7,981,480.64	7,183,332.58	6,464,999.32	5,818,499.39
DEDUÇÕES (II)	2,821,992.93	2,931,204.07	3,030,864.99	0.00	0.00	773,094.48	1,486,874.44
Ativo Financeiro	5,081,520.94	5,278,175.80	5,457,633.77	5,291,107.82	5,639,791.83	5,851,284.02	6,035,599.47
Haveres Financeiros	132,354.77	137,476.90	142,151.11	148,846.43	158,655.41	164,604.98	169,790.04
(-) Restos a Pagar Processados	2,391,882.77	2,484,448.63	2,568,919.89	6,472,585.83	5,825,327.25	5,242,794.52	4,718,515.07
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	(2,709,032.97)	(2,813,872.55)	(2,909,544.20)	7,981,480.64	7,183,332.58	5,691,904.84	4,331,624.95
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(2,709,032.97)	(2,813,872.55)	(2,909,544.20)	7,981,480.64	7,183,332.58	5,691,904.84	4,331,624.95
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)	(h-g)
	(485,421.42)	(104,839.58)	(95,671.65)	10,891,024.84	(798,148.06)	(1,491,427.74)	(1,360,279.89)

Notas:

1- O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal,

*: Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao realizado no exercício de 2019.

V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	112,959.96	117,331.52	121,320.79	7,981,480.64	7,183,332.58	6,464,999.32	5,818,499.39
Dívida Mobiliária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outra Dívidas	112,959.96	117,331.52	121,320.79	7,981,480.64	7,183,332.58	6,464,999.32	5,818,499.39
DEDUÇÕES (II)	2,821,992.93	2,931,204.07	3,030,864.99	0.00	0.00	773,094.48	1,486,874.44
Ativo Disponível	5,081,520.94	5,278,175.80	5,457,633.77	5,291,107.82	5,639,791.83	5,851,284.02	6,035,599.47
Haveres Financeiros	132,354.77	137,476.90	142,151.11	148,846.43	158,655.41	164,604.98	169,790.04
(-) Restos a Pagar Processados	2,391,882.77	2,484,448.63	2,568,919.89	6,472,585.83	5,825,327.25	5,242,794.52	4,718,515.07
DCL (III)=(I-II)	(2,709,032.97)	(2,813,872.55)	(2,909,544.20)	7,981,480.64	7,183,332.58	5,691,904.84	4,331,624.95

Nota:

1- Se as deduções forem maiores que o montante da Dívida Consolidada, o valor da Dívida Consolidada Líquida será considerado igual a zero.

As estimativas de Dívida para 2022 e a prevista para 2023 foram reestimadas com base nos demonstrativos fiscais dos últimos 2 anos, nos resultados da execução orçamentária obtidos até o mês de junho de 2022, e ainda sobre a influência dos índices macroeconômicos de referência em atualização.

ANEXO III

Riscos Fiscais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2023

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	300.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	300.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	250.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	250.000,00
SUBTOTAL	550.000,00	SUBTOTAL	550.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	4.390.217,25	Limitação de empenho e movimentação financeira	4.390.217,25
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:	5.487.771,56	Limitação de empenho e movimentação financeira	5.487.771,56
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	9.877.988,81	SUBTOTAL	9.877.988,81
TOTAL	10.427.988,81	TOTAL	10.427.988,81

FONTE: Secretaria de Finanças